

# DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE SEGMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

*Maria Cristina Cacciamali\**

## **Introdução**

O objetivo do presente trabalho é apresentar alguns resultados sobre a distribuição de renda das famílias residentes no Município de São Paulo em 1980, os segmentos sociais que essas compõem e as formas de participação na produção de seus membros ativos.

Parte dos estudos sobre distribuição pessoal da renda toma por base quadros que apresentam a distribuição dos indivíduos segundo classes ou intervalos de renda. Esse “instrumental” não permite comparações nem entre “segmentos” de trabalhadores, nem entre indivíduos com diferentes posições sociais na produção. Nesse sentido, essas análises não são formuladas para tornar explícito o impacto do processo do padrão de acumulação sobre a apropriação da renda por parte de diferentes segmentos sociais.<sup>1</sup>

O desconhecimento dessas relações não só omite informações sobre a qualidade do desenvolvimento econômico que vem sendo gestado, como obsta a formulação de políticas de emprego e renda, mormente se essas se dirigem a segmentos específicos. Além do que, esse tipo de análise não considera a renda percebida pelo indivíduo e pela família como contrapartida da forma social pela qual esses se inserem na produção social.

---

\* Professora e Doutora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

<sup>1</sup> A análise de distribuição da renda pessoal é sem dúvida consistente com o paradigma neoclássico; reafirma o individualismo e indiferencia classes sociais e fontes de rendimento. Esse enfoque é magnificado pela Teoria do Capital Humano que arrola conjuntos de variáveis sócio-demográficas (idade, educação, tamanho da família, ocupação, Q.I., etc.), individuais e familiares para explicar diferenciais na geração de renda pessoal ou familiar. No entanto esse não é o ponto de partida para este estudo. Aqui, enfatiza-se a distribuição de renda entre segmentos sociais e como contrapartida das formas sociais de participação na produção.

Este estudo parte de dois pressupostos. O primeiro é que, na nossa sociedade, os diferentes segmentos sociais se originam a partir da forma como indivíduos e famílias participam da produção social; e que essas formas, por sua vez, emergem das diferenças existentes entre os indivíduos organizados em famílias no que se refere, primordialmente, à propriedade ou comando sobre meios de produção e de força de trabalho e, num segundo plano, às diferenças quanto às ocupações existentes na produção social, às habilidades e qualificações da força de trabalho individual e às respectivas características pessoais. Assim, essas diferenças são explicitadas e servem para construção de um conjunto de categorias analíticas que permite análises comparativas sobre a apropriação da renda entre diferentes segmentos sociais.

O segundo pressuposto aqui adotado entende que as possibilidades de acesso à produção e ao mercado de trabalho — e a situação de trabalho e de renda decorrentes — para os integrantes de uma família se encontram condicionadas pelo segmento social em que a família se insere. Em outras palavras, não se exclui o fato de que as características pessoais dos integrantes de uma família interagem e são elementos importantes no acesso a oportunidades de trabalho e renda. No entanto acredita-se que a produção dessas características pessoais se acha, em geral, condicionada pelo segmento social de origem.

Os resultados obtidos procedem de um levantamento primário de informações realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas em 1980, no Município de São Paulo, em 906 domicílios, sendo que a amostra de endereços utilizada é representativa dos domicílios ali situados.<sup>2</sup>

Este trabalho está dividido em duas seções. A primeira apresenta considerações teóricas sobre a família como unidade econômica responsável pela reprodução da força de trabalho e lança a hipótese de que há reprodução de estruturas de qualidade de força de trabalho por segmentos sociais, mormente entre aqueles que se encontram numa situação desfavorável em termos de apropriação de renda. A segunda apresenta as evidências empíricas obtidas. Estas concentram-se na apresentação de informações sobre distribuição de renda entre os segmentos sociais do Município, sobre a forma de participação na produção dos membros ativos das famílias — sua situação de trabalho — e, também, sobre as famílias e trabalhadores que se reproduzem com os menores níveis de renda familiar “per capita” no Município. Por último, resenham-se as principais conclusões e tecem-se as considerações finais.

## **1 — Notas sobre a família como unidade de reprodução da força de trabalho**

A população não se compõe por conjuntos de indivíduos atomizados, mas encontra-se estruturada por meio de famílias. A família pode ser considerada como a

<sup>2</sup> Informações sobre a amostra e sua representatividade podem ser encontradas em Cacciamali (1982).

unidade celular de cada sociedade; encerra e reflete aspectos culturais, de classe, éticos, econômicos, políticos, ideológicos e outros dessa sociedade. Assim, como objeto de estudo, a família pode e deve ser analisada sob esses múltiplos aspectos, pois isso permitirá conhecê-la de forma sintética e multidimensional. Por outro lado, uma análise parcial permite aprofundar um dos aspectos, ou os aspectos, selecionados para este estudo, subsidia pesquisas sobre o tema em outras áreas do conhecimento, e ainda, abre caminho para estudos posteriores.

Este estudo centra-se sobre a dimensão econômica da família<sup>3</sup>, considera-a como unidade econômica, isto é, sua organização interna objetiva garantir a reprodução cotidiana e generacional de seus membros. Em outras palavras, pressupõe-se aqui que a constituição da família enquanto tal vincula-se às possibilidades concretas de sua manutenção como grupo.

Entende-se por reprodução generacional o processo pelo qual a sociedade repõe seus membros (agentes sociais) e, por reprodução cotidiana aquele pelo qual se repõe a existência diária destes. O processo de reprodução, generacional e cotidiano, é social e culturalmente determinado, o que não implica somente a manutenção ou perpetuação de relações sociais, mas também, e isso principalmente, o capitalismo, a destruição de relações sociais existentes, a transformação e a produção de novas práticas e relações sociais.

É por meio da(s) forma(s) de participação dos membros da família na produção social, e de suas possibilidades, que a organização interna dessa unidade garante o processo de reprodução.<sup>4</sup> Essas possibilidades e a própria reprodução (como dito acima, social e culturalmente determinadas) estão subordinadas às características do modo de produção em que a família está inserida. Isto posto, no modo de produção capitalista, a reprodução da família está a cargo dos membros que participam na produção e obtêm renda e do acesso que a família tem a bens reprodutivos produzidos socialmente (educação, saúde, etc.).<sup>5</sup> No que se refere às formas pelas quais os indivíduos participam da produção, essas são, genericamente, assalariadas, como empregadores ou como trabalhadores por conta própria. De fato, expressiva maioria das famílias depende, além do acesso a bens coletivos, da venda individual da força de trabalho de seus membros ou das possibilidades que estes têm de trabalhar por conta própria. Assim, ao longo das próximas considerações serão enfatizadas estas últimas famílias, **famílias trabalhadoras**, que se reproduzem no meio urbano.

---

<sup>3</sup> A família, como unidade econômica, pode ser também produtora de bens e serviços. Este estudo não aborda especificamente este aspecto.

<sup>4</sup> Observa-se que, embora todos os membros da família tenham que repor sua existência diária, seu dispêndio físico, nem todos participam da produção da mesma forma (crianças, anciãos, inválidos, etc.).

<sup>5</sup> Este estudo considera como participantes da produção aqueles indivíduos que: i) estavam trabalhando de forma remunerada em algum posto de trabalho ou atividade voltada para o mercado; ii) não estavam trabalhando, mas procurando algum tipo de atividade remunerada (desempregados).

A família trabalhadora urbana, então, só pode subsistir como grupo se o conjunto de salários e de rendas percebidas individualmente por alguns (ou todos) de seus membros componentes e o acesso a bens reprodutivos coletivos forem suficientes para, pelo menos, mantê-la.

Este estudo, apesar de julgar importante conhecer o acesso à quantidade e à qualidade dos bens reprodutivos sociais para a manutenção da família, centra-se sobre a situação de trabalho individual dos membros componentes, bem como sobre sua posição no seio da família, como elementos vitais que influenciam as formas e possibilidades de manutenção e reprodução das famílias.

A situação de trabalho (da maioria) dos integrantes de uma família decorre de circunstâncias que, embora dependam de decisão tomada no interior do grupo familiar, são objetivas e condicionadas: a) pela origem da família a que esses integrantes pertencem, isto é, pelo segmento social no qual a família do integrante se inclui; b) pelas características individuais que possuem, muitas delas influenciadas pela própria origem da família; c) pelas possibilidades que lhe são abertas pelo mercado de trabalho e pelo espaço econômico passível de ser explorado sob a forma de trabalho por conta própria.

Assim, em um dado momento, os responsáveis pela reprodução da unidade familiar participam da produção sob determinadas formas, o que integra essa unidade familiar a um segmento social específico. Este último fato, por sua vez, em primeiro lugar limita as maneiras e as estratégias pelas quais a família pretende atender às suas necessidades e, em segundo lugar, influencia a futura forma de participação na produção de seus membros atuais e futuros.

Geralmente, os estudos empíricos determinam o segmento social ao qual a família pertence pela forma como o chefe da unidade familiar participa da produção. Considera-se, em geral, como chefe o principal provedor e que toma as primordiais decisões pela manutenção da unidade familiar, quase sempre do sexo masculino e reconhecido como tal pelos demais membros. O uso desse critério para integrar a família a determinado segmento social implica algumas hipóteses restritivas e simplificadoras, pois se admite: i) que a mulher pertença ao mesmo segmento social do marido, ou que adote esse segmento; ii) que o chefe não possa, após o levantamento empírico, mudar sua forma de participação na produção, logo de segmento; iii) e, por último, que a forma de participação dos filhos na produção, quando estes trabalham, não altere o segmento social da família.

Os segmentos sociais considerados neste trabalho para as famílias trabalhadoras são: a) **assalariados** — operários; controladores na produção direta; assalariados fora da transformação direta; e controladores fora da transformação direta; b) **trabalhadores por conta própria** — com estabelecimento; com ponto fixo; sem ponto fixo; assalariados informais; e serviços domésticos.

O primeiro grupo (assalariados) se caracteriza por chefes de família que, em primeiro lugar, vendem sua força de trabalho, e em segundo lugar, são categorizados de acordo com o local e a natureza do trabalho. O segundo grupo (trabalhadores por conta própria) contém aqueles chefes que, de posse de instrumentos de trabalho, se ocupam diretamente na produção de bens e serviços. Esses trabalhadores

podem contar com ajuda de “assalariados” (no caso assalariados informais), ou de membros da família, em suas atividades; no entanto estes últimos (ajudantes) devem constituir apenas extensão ao seu próprio trabalho.

Para os propósitos deste estudo, os trabalhadores por conta própria foram subdivididos de acordo com o tipo do local de trabalho. Isto porque se admite a hipótese de que o local de trabalho reflita gradações qualitativas em termos de instrumentos de trabalho e de organização da atividade e, que isso, por sua vez, incida sobre os níveis de renda individuais auferidos. Os dois últimos grupos — assalariados informais e serviços domésticos — agregam famílias cujos chefes são ajudantes de trabalhadores por conta própria e empregados domésticos respectivamente.

Além dos segmentos mencionados acima, consideram-se também as famílias cujo chefe da unidade é proprietário de meios de produção e empregador de assalariados, denominados **proprietários**; aquelas cujo chefe pertence à alta hierarquia de comando de uma firma (superintendente, diretor, etc.), denominados **organizadores de produção**; e aquelas em que o chefe participa da produção como profissional de nível superior autônomo, denominados **profissionais liberais**.

A partir desse conjunto, tem-se que cada família, posicionada pelo segmento social e pela renda familiar que percebe, atenderá às suas necessidades reprodutivas por meio de bens e serviços em quantidades e qualidades diferentes. Isso ocorre, por exemplo, em relação a bens de consumo (alimentos, vestuários, etc.); instrumentos para realizar as tarefas domésticas (eletrodomésticos, etc.); formas de lazer; meios de transportes utilizados; acesso a tipos de serviços médicos e educacionais; tipos e formas de moradia (propriedade, tamanho, condições de salubridade, localização, etc.); disponibilidade de infra-estrutura física e social urbanas, etc.

Além disso, estar inserida em determinado segmento social também significa para a família que serão mobilizadas diferentes quantidades e qualidades de trabalho familiar, o que incorrerá num tipo de organização familiar. Por exemplo, a mãe e o pai trabalham fora e a filha mais velha, ainda criança, toma conta dos irmãos menores; ou a mãe fica em casa e o filho mais velho vai trabalhar para ajudar o pai, etc. Assim, essas combinações deverão resultar num perfil de famílias diferenciadas por segmento social.

Em relação a este último item, por exemplo, alguns estudos empíricos para o Brasil evidenciaram que as famílias operárias e as de artesãos lançam mão, em geral, do trabalho de menores, do sexo masculino, para complementar a renda familiar, enquanto entre as famílias cujo chefe não se insere na produção direta de bens a complementação da renda é realizada pela mulher cônjuge. No primeiro caso, isso implica a retirada precoce de jovens da escola e sua inserção também precoce na produção, o que vem comprometer o futuro profissional do jovem, seu desenvolvimento pessoal e o da própria família; enquanto, no segundo caso, a família protege a prole permitindo-lhe a obtenção de graus de qualificação mais complexos e, pelo menos, maiores possibilidades de crescimento pessoal. Essa informação indica que há reprodução das estruturas de qualidades de força de trabalho no interior da pró-

pria família em função do segmento social em que essa se insere.<sup>6</sup> Isso repercute de forma negativa sobre os segmentos desprivilegiados em termos de apropriação de renda, os quais, obrigados a lançar mão, prematuramente, da força de trabalho dos jovens, reproduzem baixa qualidade de força de trabalho, o que implica, salvo modificações estruturais profundas, a manutenção futura do baixo padrão de reprodução das famílias. Contudo esses fatos não implicam que, no capitalismo monopolista, os processos de reprodução familiar devem acompanhar exatamente esse padrão, pois, por meio do Estado, o acesso a bens coletivos pode ser incrementado, e, por meio dos sindicatos e dos "mercados internos", os salários reais podem sofrer significativos aumentos, mormente para chefes de famílias que, em geral, são mais estáveis no local de trabalho.

Além dos aspectos destacados, deve ser lembrado que conviver em uma família significa adquirir normas e valores produzidos (papéis, exercício da autoridade, relações afetivas, etc.) pela organização familiar, pelo tipo de serviços educacionais a que os membros têm acesso e pelo meio em que vive. Em outras palavras, a reprodução pela família é também ideológica; desenvolve um tipo de comportamento entre seus membros e cria habilidades, atitudes e maneiras de pensar condizentes com as formas concretas pelas quais seus membros participam na produção e com as possíveis formas futuras de participação.

No que se refere ao nível de renda familiar, ele está condicionado pelo segmento social ao qual a família pertence. Em primeiro lugar, pela forma de participação dos membros ativos da família na produção, em seguida, pelo número e qualidade da força de trabalho desses mesmos membros e, por último, pelo número total de membros. O nível de renda familiar pode-se elevar se aumentar o número de componentes que participam da produção, ou melhorar a qualidade de sua força de trabalho, ou se diminuir o número total dos indivíduos da família. Como também é de se esperar que famílias em estágios de ciclo de vida diferentes tenham diferentes níveis de renda familiar num determinado segmento social. No entanto quer-se ressaltar que, em especial, para as famílias em segmentos de menor renda e no início do ciclo de vida familiar, menor tamanho pode representar melhores possibilidades de qualificação futura de sua força de trabalho e melhor nível de renda. E que o início da vida profissional de um determinado membro, a qualidade de sua força de trabalho nesse início, pode influenciar decisivamente o seu futuro profissional.

Contudo o fato de as famílias pertencerem a um mesmo segmento não implica que aderem à mesma estratégia de sobrevivência e à mesma organização familiar, nem que possuam o mesmo nível de renda e que o impacto do processo de crescimento econômico incida da mesma maneira sobre elas, mas sim que os elementos citados se revelarão ao nível da família condicionados e filtrados pelo segmento social ao qual ela pertence.

---

<sup>6</sup> Veja-se Bilac (1981, p.37-42).

Por último, um dos aspectos importantes sobre o tema é analisar as relações entre estilo de desenvolvimento econômico e o impacto sobre as famílias em termos de distribuição de renda e condições de reprodução. E, nesse caso, deve destacar-se a escassez de estudos teóricos e empíricos sobre o tema.

## **2 – Evidências empíricas sobre distribuição de renda, famílias e segmentos sociais no município de São Paulo**

### **2.1 – Fontes dos dados**

O conjunto de informações a ser apresentado foi produzido a partir de um levantamento de campo realizado em 900 domicílios do Município de São Paulo em janeiro de 1980. Os endereços domiciliares utilizados originaram-se de uma amostra elaborada pela Empresa de Planejamentos da Grande São Paulo (EMPLASA), representativa para o Município em estudo, e estratificada por renda e zona urbana.<sup>7</sup>

O instrumental de coleta de dados levou em conta três grandes conjuntos de informações: i) características gerais da família (número de membros, sexo, relação com o chefe da unidade, educação, características do domicílio, etc.); ii) membros que participam da produção e formas de participação da produção e condições de trabalho e nível de renda; iii) acesso à infra-estrutura física urbana e a equipamentos de comercialização.

Os segmentos sociais para o Município de São Paulo foram construídos distribuindo-se as famílias de acordo com a forma de participação do chefe da unidade familiar, sendo este do sexo masculino, indicado pela família e, em geral, o principal responsável pela sua manutenção. As formas de participação na produção que estão sendo consideradas foram apresentadas na seção anterior e constam na relação a seguir. Os critérios utilizados para sua elaboração encontram-se explicitados em outros estudos.<sup>8</sup> Contudo informa-se que a sua construção envolveu as seguintes informações a respeito dos indivíduos que estavam em atividade<sup>9</sup>: ocupação, local de trabalho, ramo de atividade e posição na ocupação.

<sup>7</sup> Um detalhamento da amostra e dos critérios que foram utilizados pode ser encontrado no estudo: Cacciamali (1982). Uma informação que julgamos relevante fornecer para comparar e subsidiar outros levantamentos é que a taxa de mortalidade dos endereços amostrado foi de 36% em função de recusas (38,6%), domicílios não localizados (27,2%), domicílios vazios (13,2%), estabelecimentos comerciais (6,5%), endereços não localizados (6%) e inválidos (8,1%). No entanto, quer-se ressaltar que a composição final dos endereços (804) não invalidou a distribuição prevista desse por estrato de renda (tipo de imóvel).

<sup>8</sup> Cacciamali (1982 e 1983).

<sup>9</sup> A população de dez anos ou mais foi decomposta nos seguintes grupos: i) ocupados; ii) desocupados procurando emprego; iii) desocupados que não estão procurando emprego, mas que em algum momento estiveram ocupados; iv) desocupados que nunca tiveram alguma ocupação.

Adotou-se um duplo procedimento para analisar as informações. Inicialmente, as famílias e os indivíduos foram repartidos por estratos de renda familiar “per capita” de forma a captar quais os segmentos que predominam nos níveis mais baixos de renda. Em seguida, as famílias foram posicionadas nos segmentos sociais considerados para permitir comparações sobre sua apropriação de renda e sobre a situação de trabalho entre seus membros componentes ativos.

### **Segmentos familiares segundo formas de participação do chefe da unidade familiar:**

- operários;
- assalariados fora da transformação direta;
- controladores da produção;
- controladores fora da produção;
- trabalhadores por conta própria com estabelecimento;
- trabalhadores por conta própria com ponto fixo;
- trabalhadores por conta própria sem ponto fixo;
- assalariados informais;
- serviços domésticos;
- profissionais liberais;
- proprietários e organizadores de produção.

## **2.2 — Famílias e trabalhadores por estrato de renda familiar “per capita”**

A maioria das famílias (62,6%) residentes no Município de São Paulo, entre janeiro e março de 1980, vivia com uma renda familiar “per capita” de até 2,5 salários mínimos e era composta, em média, por quatro pessoas, sendo que também, em média, 1,70 pessoa por família participava da produção social (Tabelas 1 e 2).

Contudo, no que se refere às famílias de baixa renda, 28,30% das famílias ali residentes na época possuíam uma renda “per capita” de até um salário mínimo. Nesses estratos, o número médio de pessoas que se encontravam na produção decresce para 1,55 por família, enquanto o número médio de componentes por família aumenta para quase cinco. Esse fato reflete outras características: essas camadas de renda apresentavam maior número médio de filhos até 9 anos e a idade média de seus membros era menor do que nos demais estratos.

Destacam-se, além dessas, outras informações julgadas relevantes para melhor visualizar a má distribuição de renda desse Município e dos grupos de trabalhadores que percebem relativamente menor parcela da renda gerada.

Mais de um terço (35%) das pessoas compunham famílias cujo nível de renda “per capita” não atingia um salário mínimo, enquanto 4,4% pertenciam a famílias cujos níveis de renda excediam 9,5 salários mínimos. O primeiro grupo de famílias antes mencionado fornecia quase um quarto do total de pessoas que estavam exercendo alguma atividade remunerada e, ainda, nesse estrato encontravam-se 42% dos desempregados (Tabela 2).



Os membros ocupados das famílias com menores níveis de renda “per capita” participavam da produção mormente como assalariados (operários e fora da transformação direta) e, em número bem menor, como trabalhadores por conta própria. Essa afirmação, contudo, deve ser relativizada para as mulheres, pois, além de participarem, predominantemente, na produção nas categorias acima referidas, também participam em elevada proporção em serviços domésticos e como trabalhadores por conta própria com ponto fixo, principalmente, no próprio domicílio (Tabelas 3, 3A e 3B).

Qualificando melhor essas afirmações, observa-se ainda que os ramos que absorvem relativamente maior número de membros que trabalham e que estão inseridos nas famílias de menor renda (até um salário mínimo “per capita”) são: serviços domésticos (40,0%); construção civil (46,77%); transportes (35,3%); serviços de consumo (31,1%); e indústria de transformação (28,2%). E, que os grupos de trabalhadores inseridos nessas famílias são: operários (45%), serviços domésticos (40,7%), trabalhadores por conta própria com ponto fixo (27%) e assalariados informais (25%) (Tabela 4).

Tabela 1

Localização das famílias, classificadas por renda familiar “per capita”,  
no Município de São Paulo – 1980

REGIÕES	RENDA FAMILIAR “PER CAPITA” EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Central	17	19,1	12	8,7	21	16,5	50	33,6	32	33,7
Intermediária	38	42,7	72	52,2	73	57,5	76	51,0	56	58,9
Periférica	30	33,7	46	33,3	30	23,6	19	12,8	7	7,4
Envolvente	4	4,5	8	5,8	3	2,4	4	2,7	0	0,0
TOTAL	89	11,1	138	17,2	127	15,8	149	18,5	95	11,8

REGIÕES	RENDA FAMILIAR “PER CAPITA” EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Central	35	42,2	39	48,1	24	57,1	230	28,6
Intermediária	44	53,0	42	51,9	17	40,5	418	52,0
Periférica	2	2,4	0	0,0	1	2,4	135	15,8
Envolvente	2	2,4	0	0,0	0	0,0	21	2,6
TOTAL	83	10,3	81	10,1	42	5,2	804	100,0

FONTE: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

Tabela 2

Situação ocupacional do total da população, classificada por renda familiar  
 "per capita", no Município de São Paulo - 1980

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR										
NS/NR	0	0,0	8	100,0	1	50,0	2	100,0	0	0,0
Homem	5	2,4	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mulher	2	1,0	3	0,3	1	0,4	0	0,0	0	0,0
Total	7	1,7	12	1,8	2	0,4	2	0,3	0	0,0
R7 = 1										
Homem	70	33,5	133	44,7	136	54,6	178	64,7	95	66,9
Mulher	33	15,8	77	20,7	86	31,5	95	32,2	63	38,0
Total	103	24,5	212	31,1	222	42,4	273	47,7	158	51,3
R7 = 2										
Homem	3	3,8	9	3,0	8	3,2	5	1,8	2	1,4
Mulher	3	3,8	4	1,1	5	1,8	3	1,0	2	1,2
Total	16	3,8	13	1,9	13	2,5	8	1,4	4	1,3
R7 = 3										
NS/NR	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Homem	24	11,5	26	8,6	22	8,8	27	9,8	13	9,2
Mulher	53	25,4	89	23,9	65	23,8	81	27,5	38	22,9
Total	78	18,5	115	16,9	87	16,6	108	18,9	51	16,5
R7 = 4										
Homem	2	1,0	1	0,3	1	0,4	2	0,7	1	0,7
Mulher	4	1,9	2	0,5	3	1,1	4	1,4	1	0,6
Total	6	1,4	3	0,4	4	0,8	6	1,0	2	0,6
R7 = 5										
NS/NR	2	56,7	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0
Homem	100	47,8	130	43,0	82	32,9	63	22,9	31	21,8
Mulher	109	52,2	197	53,0	113	41,4	112	38,0	62	37,3
Total	211	50,1	327	47,9	196	37,4	175	30,6	93	30,2
Total										
NS/NR	3	16,7	8	44,4	2	11,1	2	11,1	0	0,0
Homem	209	13,8	302	20,0	249	16,5	275	18,2	142	9,4
Mulher	209	12,6	372	22,4	273	16,4	295	17,8	166	10,0
TOTAL GERAL	421	13,2	682	21,4	524	16,4	572	17,9	308	9,6

(continua)

Tabela 2

Situação ocupacional do total da população, classificada por renda familiar  
"per capita", no Município de São Paulo - 1980

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR								
NS/NR	0	0,0	3	100,0	0	0,0	14	77,8
Homem	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,4
Mulher	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,4
Total	0	0,0	3	1,2	0	0,0	28	0,8
R7 = 1								
Homem	86	63,2	72	57,6	46	61,3	818	54,1
Mulher	43	28,7	35	26,7	25	38,5	457	27,5
Total	129	45,1	107	41,3	71	50,7	1 275	39,9
R7 = 2								
Homem	1	0,7	1	0,8	1	1,3	35	2,3
Mulher	2	1,3	0	0,0	5	7,7	29	1,7
Total	3	1,0	1	0,4	6	4,3	64	2,0
R7 = 3								
NS/NR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,6
Homem	6	4,4	12	9,6	4	5,3	134	8,9
Mulher	41	27,3	37	28,2	13	20,0	417	25,1
Total	47	16,4	49	18,9	17	12,1	552	17,3
R7 = 4								
Homem	0	0,0	3	2,4	0	0,0	10	0,7
Mulher	1	0,7	0	0,0	2	3,1	17	1,0
Total	1	0,3	3	1,2	2	1,4	27	0,8
R7 = 5								
NS/NR	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	16,7
Homem	43	31,6	37	29,6	24	32,0	510	33,7
Mulher	63	42,0	59	45,0	20	30,8	735	44,3
Total	106	37,1	96	37,1	44	31,4	1 248	39,1
Total								
NS/NR	0	0,0	3	16,7	0	0,0	18	100,0
Homem	136	9,0	125	8,3	75	5,0	1 513	100,0
Mulher	150	9,0	131	7,9	65	3,9	1 661	100,0
TOTAL GERAL	286	9,0	259	8,1	140	4,4	3 192	100,0

FONTE: FINEP-FIPE.

NOTA: R7 = 1: Indivíduos ocupados

R7 = 2: Indivíduos desempregados

R7 = 4: Indivíduos procurando o primeiro emprego

R7 = 3 e = 5: Indivíduos que não participaram da produção

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

Tabela 3

Categories ocupacionais do total da população ativa, classificada por renda familiar  
"per capita", no Município de São Paulo - 1980

RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
	Outros . . . . .	7	6,8	3	1,4	10	4,5	9	3,3	11
Operários . . . . .	23	22,3	83	39,2	54	24,3	51	18,7	12	7,6
Assalariados fora da trans- formação direta . . . . .	27	26,2	64	30,2	92	41,4	126	46,2	78	49,4
Controladores da transfor- mação direta . . . . .	0	0,0	3	1,4	1	0,5	8	2,9	4	2,5
Trabalhadores por conta própria com estabeleci- mento . . . . .	8	7,8	5	2,4	5	2,3	14	5,1	16	10,1
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo . . . . .	5	4,9	11	5,2	9	4,1	13	4,8	10	6,3
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo . . . . .	12	11,7	17	8,0	12	5,4	10	3,7	6	3,8
Assalariados informais . . . . .	5	4,9	8	3,8	19	8,6	13	4,8	4	2,5
Serviços domésticos . . . . .	8	7,8	12	5,7	12	5,4	5	1,8	2	1,3
Proprietários . . . . .	4	3,9	0	0,0	5	2,3	11	4,0	4	2,5
Profissionais liberais . . . . .	0	0,0	1	0,5	1	0,5	1	0,4	1	0,6
Controladores fora da trans- formação direta . . . . .	4	3,9	5	2,4	2	0,9	12	4,4	10	6,3
TOTAL . . . . .	103	8,1	212	16,6	222	17,4	273	21,4	158	12,4

RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
	Outros . . . . .	7	5,4	3	2,8	4	5,6	54
Operários . . . . .	8	6,2	2	1,9	1	1,4	234	18,4
Assalariados fora da trans- formação direta . . . . .	54	41,9	48	44,9	22	31,0	511	40,1
Controladores da transfor- mação direta . . . . .	3	2,3	3	2,6	0	0,0	22	1,7
Trabalhadores por conta própria com estabeleci- mento . . . . .	8	6,2	8	7,5	5	7,0	69	5,4
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo . . . . .	8	6,2	2	1,9	1	1,4	59	4,6
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo . . . . .	12	9,3	0	0,0	3	4,2	72	5,6
Assalariados informais . . . . .	2	1,6	2	1,9	0	0,0	53	4,2
Serviços domésticos . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	39	3,1
Proprietários . . . . .	15	11,6	23	21,5	24	33,3	86	6,7
Profissionais liberais . . . . .	3	2,3	4	3,7	4	5,6	15	1,2
Controladores fora da trans- formação direta . . . . .	9	7,0	12	11,2	7	9,9	61	4,8
TOTAL . . . . .	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1 275	100,0

FONTE: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

Tabela 3A

Categorias ocupacionais do total da população ativa feminina, classificada por renda familiar "per capita", no Município de São Paulo - 1980

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros . . . . .	2	6,1	0	0,0	4	4,7	2	2,1	5	7,9
Operários . . . . .	6	18,2	34	44,2	18	20,9	13	13,7	4	6,3
Assalariados fora da transformação direta . . . . .	8	24,2	21	27,3	34	39,5	50	52,6	37	58,7
Controladores da transformação direta . . . . .	0	0,0	1	1,3	0	0,0	2	2,1	0	0,0
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento . . . . .	2	6,1	1	1,3	0	0,0	2	2,1	3	4,8
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo . . . . .	5	15,2	5	6,5	7	8,1	8	8,4	7	11,1
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo . . . . .	0	0,0	1	1,3	2	2,3	2	2,1	0	0,0
Assalariados informais . . . . .	1	3,0	1	1,3	9	10,5	7	7,4	2	3,2
Serviços domésticos . . . . .	8	24,2	12	15,6	12	14,0	5	5,3	1	1,6
Proprietários . . . . .	1	3,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1	1	1,6
Profissionais liberais . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Controladores fora da transformação direta . . . . .	0	0,0	1	1,3	0	0,0	3	3,2	3	4,8
TOTAL . . . . .	33	7,2	77	16,8	86	18,8	95	20,8	63	13,8

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros . . . . .	5	11,6	0	0,0	2	8,0	20	4,4
Operários . . . . .	1	2,3	0	0,0	1	4,0	77	16,8
Assalariados fora da transformação direta . . . . .	25	56,1	25	71,4	10	40,0	210	46,0
Controladores da transformação direta . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,7
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento . . . . .	2	4,7	1	2,9	3	12,0	14	3,1
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo . . . . .	6	14,0	1	2,9	0	0,0	39	8,5
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo . . . . .	1	2,3	0	0,0	2	8,0	8	1,8
Assalariados informais . . . . .	0	0,0	2	5,7	0	0,0	22	4,8
Serviços domésticos . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	38	8,3
Proprietários . . . . .	1	2,3	2	5,7	4	16,0	10	2,2
Profissionais liberais . . . . .	0	0,0	0	0,0	1	4,0	1	0,2
Controladores fora da transformação direta . . . . .	2	4,7	4	11,4	2	8,0	15	3,3
TOTAL . . . . .	43	9,4	35	7,7	25	5,5	457	100,0

FONTE: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

Tabela 3B

Categorias ocupacionais do total da população ativa masculina, classificada por renda familiar "per capita", no Município de São Paulo - 1980

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros . . . . .	5	7,1	3	2,2	6	4,4	7	3,9	6	6,3
Operários . . . . .	17	24,3	49	38,3	36	26,5	38	21,3	8	8,4
Assalariados fora da transformação direta . . . . .	19	27,1	43	31,9	58	42,6	76	42,7	41	43,2
Controladores da transformação direta . . . . .	0	0,0	2	1,5	1	0,7	6	3,4	4	4,2
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento . . . . .	6	8,6	4	3,0	5	3,7	12	6,7	13	13,7
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo . . . . .	0	0,0	6	4,4	2	1,5	5	2,8	3	3,2
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo . . . . .	12	17,1	16	11,9	10	7,4	8	4,5	6	6,3
Assalariados informais . . . . .	4	5,7	7	5,2	10	7,4	6	3,4	2	2,1
Serviços domésticos . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1
Proprietários . . . . .	3	4,3	0	0,0	5	3,7	10	5,6	3	3,2
Profissionais liberais . . . . .	0	0,0	1	0,7	1	0,7	1	0,6	1	1,1
Controladores fora da transformação direta . . . . .	4	5,7	4	3,0	2	1,5	9	5,1	7	7,4
TOTAL . . . . .	70	8,6	135	16,5	136	16,6	178	21,8	95	11,6

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outros . . . . .	2	2,3	3	4,2	2	4,3	34	4,2
Operários . . . . .	7	8,1	2	2,8	0	0,0	157	19,2
Assalariados fora da transformação direta . . . . .	29	33,7	23	31,9	12	26,1	301	36,8
Controladores da transformação direta . . . . .	3	3,5	3	4,2	0	0,0	19	2,3
Trabalhadores por conta própria com estabelecimento . . . . .	6	7,0	7	9,7	2	4,3	55	6,7
Trabalhadores por conta própria com ponto fixo . . . . .	2	2,3	1	1,4	1	2,2	20	2,4
Trabalhadores por conta própria sem ponto fixo . . . . .	11	12,8	0	0,0	1	2,2	64	7,8
Assalariados informais . . . . .	2	2,3	0	0,0	0	0,0	31	3,8
Serviços domésticos . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Proprietários . . . . .	14	16,3	21	29,2	20	43,5	76	9,3
Profissionais liberais . . . . .	3	3,5	4	5,6	3	6,5	14	1,7
Controladores fora da transformação direta . . . . .	7	8,1	8	11,1	5	10,9	46	5,6
TOTAL . . . . .	86	10,5	72	8,8	46	5,6	818	100,0

FONTE: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

A situação de trabalho dos indivíduos que compõem os estratos inferiores de renda familiar “per capita” apresentam determinadas características que indicam a precariedade de sua participação na produção: i) 54% desses trabalhadores são não qualificados e um quarto são semiquilificados; ii) 18% estão no local de trabalho há menos de seis meses, 16% exercem a mesma ocupação do momento da entrevista, também há menos de seis meses; iii) 37% desses trabalhadores não possuem vínculo jurídico algum, e entre o total de trabalhadores sem vínculo jurídico 62% pertencem a esses estratos de renda; iv) compõem a maioria dos trabalhadores que não recebem em dia; v) a maioria (87%) não é sindicalizada, nem integra alguma associação profissional (Tabelas 5 a 7).

Esse quadro preliminar indica alguns fenômenos que se quer destacar a respeito da estrutura produtiva e do mercado de trabalho desse Município na época: i) a produção capitalista era extensa e completa e absorvia contingentes significativos de força de trabalho a baixos níveis de renda, mormente no setor industrial<sup>10</sup>. Em consequência, isso se refletia em baixa capacidade (quantitativa e qualitativa) de reprodução de significativas parcelas da força de trabalho; ii) o espaço econômico permissível para ser ocupado por trabalhadores por conta própria, típicos do setor informal, era relativamente pequeno visto esses representarem 16% do total de trabalhadores, porcentagem essa compatível com a presença de trabalhadores por conta própria em países desenvolvidos<sup>11</sup>; iii) existia um contingente não desprezível de trabalhadores inseridos em serviço doméstico e como ajudantes de trabalhadores autônomos (7%), o que indicava um estreito mercado de trabalho formal para baixos níveis de qualificação da força de trabalho.

Por fim, paulatinamente a uma estrutura produtiva próxima de países capitalistas avançados, a reprodução da força de trabalho realizava-se a baixos níveis de renda. Essas informações, acopladas a outras que são apresentadas em estudos sobre composição e custo de vida do Município<sup>12</sup>, permitem reforçar um fato de conhecimento público: os possíveis ganhos decorrentes do desenvolvimento industrial foram pouco incorporados na qualidade de vida de significativas parcelas de trabalhadores desse Município.

<sup>10</sup> Dos 25% dos trabalhadores inseridos no estrato de renda familiar “per capita” de até um salário mínimo, 40% participam da produção no setor industrial.

<sup>11</sup> Por exemplo, os trabalhadores por conta própria representam no Japão 19%, na França 15% e nos E.U.A 11%.

<sup>12</sup> Os estudos de Fava (1983) e Vieira (1983) ilustram o aspecto mencionado.

Tabela 4

Ramos de atividade do total da população ativa, classificada por renda familiar "per capita", no Município de São Paulo - 1980

RAMOS DE ATIVIDADE	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR . . . . .	0	0,0	0	0,0	4	1,8	0	0,0	1	0,6
Indústria . . . . .	35	34,0	91	42,9	85	38,3	85	31,1	49	31,0
Construção civil . . . . .	6	5,8	9	4,2	5	2,3	13	4,8	2	1,3
Infra-estrutura física urbana . . . . .	1	1,0	3	1,4	2	0,9	4	1,5	6	3,8
Comércio . . . . .	9	8,7	21	9,9	25	11,3	40	14,7	28	17,7
Entidades financeiras . . . . .	2	1,9	8	3,8	14	6,3	23	8,4	8	5,1
Transportes . . . . .	3	2,9	15	7,1	8	3,6	15	5,5	3	1,9
Aux. ativ. econômica . . . . .	1	1,0	1	0,5	5	2,3	8	2,9	2	1,3
Administração pública . . . . .	2	1,9	5	2,4	8	3,6	12	4,4	12	7,6
Educação e saúde . . . . .	2	1,9	4	1,9	9	4,1	10	3,7	12	7,6
Outros serv. consumo . . . . .	13	12,6	10	4,7	9	4,1	18	6,6	9	5,7
Serviço doméstico . . . . .	8	7,8	12	5,7	12	5,4	5	1,8	3	1,9
Serviço misto . . . . .	8	7,8	20	9,4	18	8,1	25	9,2	15	9,5
Reparos construção civil . . . . .	5	4,9	9	4,2	6	2,7	4	1,5	3	1,9
Outros serv. reparos . . . . .	4	3,9	2	0,9	7	3,2	7	2,6	3	1,9
Assoc. entid. relig. . . . .	4	3,9	2	0,9	5	2,3	2	0,7	2	1,3
Agricultura . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,7	0	0,0
TOTAL . . . . .	103	8,1	212	16,6	222	17,4	273	21,4	158	12,4

RAMOS DE ATIVIDADE	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,4
Indústria . . . . .	40	31,0	41	38,3	21	29,6	447	35,1
Construção civil . . . . .	3	2,3	2	1,9	1	1,4	41	3,2
Infra-estrutura física urbana . . . . .	3	2,3	5	4,7	2	2,8	26	2,0
Comércio . . . . .	19	14,7	13	12,1	6	8,5	161	12,6
Entidades financeiras . . . . .	8	6,2	7	6,5	5	7,0	75	5,9
Transportes . . . . .	4	3,1	2	1,9	1	1,4	51	4,0
Aux. ativ. econômica . . . . .	5	3,9	5	4,7	4	5,6	31	2,4
Administração pública . . . . .	6	4,7	11	10,3	0	0,0	56	4,4
Educação e saúde . . . . .	13	10,1	7	6,5	12	16,9	69	5,4
Outros serv. consumo . . . . .	10	7,8	3	2,8	2	2,8	74	5,8
Serviço doméstico . . . . .	0	0,0	0	0,0	0	0,0	40	3,1
Serviço misto . . . . .	8	6,2	9	8,4	16	22,5	119	9,3
Reparos construção civil . . . . .	3	2,3	0	0,0	0	0,0	30	2,4
Outros serv. reparos . . . . .	3	2,3	0	0,0	0	0,0	26	2,0
Assoc. entid. relig. . . . .	4	3,1	2	1,9	0	0,0	21	1,6
Agricultura . . . . .	0	0,0	0	0,0	1	1,4	3	0,2
TOTAL . . . . .	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1 275	100,0

FONTE: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.



Tabela 5

Tempo de serviço da ocupação atual da população ativa, classificada por renda familiar "per capita", no Município de São Paulo - 1980

TEMPO QUE EXERCE A OCUPAÇÃO ATUAL	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR										
Outros	2	4,8	2	1,8	3	2,4	1	0,6	4	5,0
Chefes	2	3,3	0	0,0	1	1,0	2	1,8	2	2,6
Total	4	3,9	2	0,9	4	1,8	3	1,1	6	3,8
0 até 6 meses										
Outros	11	26,2	32	26,1	22	17,6	20	12,4	5	6,3
Chefes	4	6,6	6	6,1	3	3,1	5	4,5	0	0,0
Total	15	14,6	38	17,9	25	11,3	25	9,2	5	3,2
6 meses a 1 ano										
Outros	5	11,9	18	15,8	8	6,4	16	9,9	5	6,3
Chefes	3	4,9	8	8,2	0	0,0	5	4,5	2	2,6
Total	8	7,8	26	12,3	8	3,6	21	7,7	7	4,4
De 1 até 2 anos										
Outros	6	14,3	17	14,9	21	16,8	25	15,5	17	21,3
Chefes	7	11,5	6	6,1	5	5,2	5	4,5	6	7,7
Total	13	12,6	23	10,8	26	11,7	30	11,0	23	14,6
De 2 até 5 anos										
Outros	8	19,0	24	21,1	37	29,6	52	32,3	28	35,0
Chefes	6	9,8	15	15,3	15	15,5	18	16,1	16	20,5
Total	14	13,6	39	18,4	52	23,4	70	25,6	44	27,8
De 5 até 10 anos										
Outros	6	14,3	15	13,2	16	12,8	18	11,2	11	13,8
Chefes	11	18,0	22	22,4	24	24,7	25	22,3	13	16,7
Total	17	16,5	37	17,5	40	18,0	43	15,8	24	15,2
Acima de 10 anos										
Outros	4	9,5	6	5,3	18	14,4	29	18,0	10	12,5
Chefes	28	45,9	41	41,8	49	50,5	52	46,4	39	50,0
Total	32	31,1	47	22,2	67	30,2	81	29,7	49	31,0
Total										
Outros	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,3
Chefes	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
TOTAL GERAL	103	8,1	212	16,6	222	17,4	273	21,4	158	12,4

(continua)

Tabela 5

Tempo de serviço da ocupação atual da população ativa, classificada por renda familiar "per capita", no Município de São Paulo – 1980

TEMPO QUE EXERCE A OCUPAÇÃO ATUAL	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e Mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR								
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	1,8
Chefes	0	0,0	1	1,6	0	0,0	8	1,3
Total	0	0,0	1	0,0	0	0,0	20	1,6
0 até 6 meses								
Outros	5	9,4	2	4,7	3	8,8	100	15,3
Chefes	1	1,3	3	4,7	1	2,7	23	3,7
Total	6	4,7	5	4,7	4	5,6	123	9,6
6 meses a 1 ano								
Outros	5	9,4	3	7,0	3	8,8	63	9,7
Chefes	3	3,9	0	0,0	0	0,0	21	3,4
Total	8	6,2	3	2,8	3	4,2	34	6,6
De 1 até 2 anos								
Outros	7	13,2	5	11,6	5	14,7	103	15,8
Chefes	2	2,6	4	6,3	1	2,7	36	5,8
Total	9	7,0	9	8,4	6	8,5	139	10,9
De 2 até 5 anos								
Outros	14	26,4	7	16,3	12	35,3	182	27,9
Chefes	10	13,2	13	20,3	4	10,8	97	15,6
Total	24	18,6	20	18,7	16	22,5	279	21,9
De 5 até 10 anos								
Outros	9	17,0	16	37,2	5	14,7	96	14,7
Chefes	16	21,1	15	23,4	10	27,0	136	21,8
Total	25	19,4	31	29,0	15	21,1	232	18,2
Acima de 10 anos								
Outros	13	24,5	10	23,3	6	17,6	96	14,7
Chefes	44	57,9	28	43,8	21	56,8	302	42,5
Total	57	44,2	38	35,5	27	33,0	398	31,2
Total								
Outros	53	8,1	43	6,6	34	5,2	652	100,0
Chefes	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
TOTAL GERAL	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1 275	100,0

FONTE : FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

Tabela 6

Tempo em que a população ativa, classificada por renda familiar "per capita", se encontra no local de trabalho, no Município de São Paulo – 1980

TEMPO EM QUE ESTÁ NO LOCAL DE TRABALHO	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR										
Outros	14	33,3	23	20,2	34	27,2	38	23,6	17	21,3
Chefes	17	27,9	28	28,6	28	28,9	32	28,6	30	38,5
Total	31	30,1	51	24,1	62	27,9	70	25,6	47	29,7
0 até 6 meses										
Outros	8	19,0	31	27,2	22	17,6	27	16,8	2	2,5
Chefes	11	18,0	8	8,2	10	10,3	12	10,7	5	6,4
Total	19	18,4	39	18,4	32	14,4	39	14,3	7	4,4
6 meses a 1 ano										
Outros	5	11,9	13	11,4	11	8,8	12	7,5	7	8,8
Chefes	3	4,9	6	6,1	3	3,1	6	5,4	1	1,3
Total	8	7,8	19	9,0	14	6,3	18	6,6	8	5,1
De 1 até 2 anos										
Outros	6	14,3	17	14,9	19	15,2	20	12,4	13	16,3
Chefes	9	14,8	15	15,3	7	7,2	5	4,5	7	9,0
Total	15	14,6	32	15,1	26	11,7	25	9,2	20	12,7
De 2 até 5 anos										
Outros	3	7,1	20	17,5	24	19,2	36	22,4	21	26,3
Chefes	6	9,8	16	16,3	17	17,5	15	13,4	11	14,1
Total	9	8,7	36	17,0	41	18,5	51	18,7	32	20,3
De 5 até 10 anos										
Outros	3	7,1	8	7,0	8	6,4	12	7,5	12	15,0
Chefes	5	8,2	12	12,2	12	12,4	22	19,6	12	15,4
Total	8	7,8	20	9,4	20	9,0	34	12,5	24	15,2
Acima de 10 anos										
Outros	3	7,1	2	1,8	7	5,6	16	9,9	8	10,0
Chefes	10	16,4	13	13,3	20	20,6	20	17,9	12	15,4
Total	13	12,6	15	7,1	27	12,2	36	13,2	20	12,7
Total										
Outros	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,3
Chefes	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
TOTAL GERAL	103	8,1	212	18,6	222	17,4	273	21,4	158	12,4

(continua)

Tabela 6

Tempo em que a população ativa, classificada por renda familiar "per capita", se encontra no local de trabalho, no Município de São Paulo - 1980.

TEMPO EM QUE ESTÁ NO LOCAL DE TRABALHO	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
NS/NR								
Outros	10	18,9	11	25,6	7	20,6	134	23,6
Chefes	22	28,9	9	14,1	10	27,0	176	28,3
Total	32	24,8	20	18,7	17	23,9	330	25,9
0 até 6 meses								
Outros	5	9,4	3	7,0	4	11,9	102	15,6
Chefes	3	3,9	2	3,1	2	5,4	53	8,5
Total	8	6,2	5	4,7	6	8,5	155	12,2
6 meses a 1 ano								
Outros	7	13,2	5	11,6	2	5,9	62	9,5
Chefes	2	2,6	2	3,1	0	0,0	23	3,7
Total	9	7,0	7	6,5	2	2,9	85	6,7
De 1 até 2 anos								
Outros	6	11,3	6	14,0	4	11,8	91	14,0
Chefes	7	9,2	4	6,3	1	2,7	55	8,8
Total	13	10,1	10	9,3	5	7,0	146	11,5
De 2 até 5 anos								
Outros	11	20,8	4	9,3	8	23,5	127	19,5
Chefes	16	21,1	10	15,6	6	16,2	97	15,6
Total	27	20,9	14	13,1	14	19,7	224	17,6
De 5 até 10 anos								
Outros	6	11,3	9	20,9	3	8,8	61	9,4
Chefes	7	9,2	17	26,6	6	16,2	93	14,9
Total	13	10,1	26	24,3	9	12,7	154	12,1
Acima de 10 anos								
Outros	8	15,1	5	11,6	6	17,6	55	6,4
Chefes	19	25,0	20	31,3	12	32,4	126	20,2
Total	27	20,9	25	23,4	18	25,4	181	14,2
Total								
Outros	53	8,1	43	6,6	34	5,2	652	100,0
Chefes	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
TOTAL GERAL	129	10,1	107	8,4	71	5,6	1 275	100,0

FONTE: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

Tabela 7

Outras características da população ativa, classificada por renda familiar  
"per capita", no Município de São Paulo - 1980

OUTRAS CA- RACTERÍSTICAS DA POPULA- ÇÃO ATIVA	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)									
	Menos de 0,5		Menos de 1,0		Menos de 1,5		Menos de 2,5		Menos de 3,5	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
<b>VÍNCULO JURÍDICO</b>										
Chefes										
Sim . . . . .	43	70,5	81	82,7	76	78,4	94	83,9	64	82,1
Não . . . . .	18	29,5	17	17,3	21	21,6	18	16,1	14	17,9
Total . . . . .	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
Não chefes										
Sim . . . . .	17	40,5	78	88,4	98	78,4	138	85,7	64	80,0
Não . . . . .	25	59,5	36	31,6	27	21,6	23	14,3	16	20,0
Total . . . . .	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,3
Idade média em que começaram a trabalhar										
Chefes . . . . .	13,281		12,320		12,598		13,577		14,564	
Não chefes . . . . .	13,333		14,254		14,148		14,289		16,025	
Horas médias que trabalha por dia										
Chefes . . . . .	9,132		9,005		8,729		8,910		8,780	
Não chefes . . . . .	7,703		8,264		8,097		8,161		7,993	
Recebem em dia										
Chefes										
Sim . . . . .	56	91,8	89	90,8	89	91,8	104	92,9	72	92,3
Não . . . . .	1	1,6	4	4,1	3	3,1	4	3,6	1	1,3
Total . . . . .	61	10,3	98	16,6	97	16,4	112	18,9	78	13,2
Não chefes										
Sim . . . . .	33	78,6	99	86,8	114	91,2	155	96,3	78	97,5
Não . . . . .	4	9,5	8	7,0	7	5,6	1	0,6	1	1,3
Total . . . . .	42	6,7	114	18,3	125	20,1	161	25,8	80	12,8
Sindicalizados										
Chefes										
Sim . . . . .	9	14,8	22	22,4	27	27,8	28	25,0	24	30,8
Não . . . . .	52	85,2	76	77,6	70	72,2	84	75,0	54	69,2
Total . . . . .	61	9,8	98	15,7	97	15,6	112	18,0	78	12,5
Não chefes										
Sim . . . . .	2	4,8	9	7,9	10	8,0	20	12,4	13	16,3
Não . . . . .	40	95,2	105	92,1	115	92,0	141	87,6	67	83,8
Total . . . . .	42	6,4	114	17,5	125	19,2	161	24,7	80	12,3

(continua)

Tabela 7

Outras características da população ativa, classificada por renda familiar  
"per capita", no Município de São Paulo - 1980

OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ATIVA	RENDA FAMILIAR "PER CAPITA" EM SALÁRIOS MÍNIMOS(1)							
	Menos de 5,0		Menos de 9,5		9,5 e mais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
<b>VÍNCULO JURÍDICO</b>								
Chefes								
Sim . . . . .	64	84,2	60	93,8	28	75,7	510	81,9
Não . . . . .	12	15,8	4	6,3	9	24,3	113	18,1
Total . . . . .	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
Não chefes								
Sim . . . . .	43	81,1	35	81,4	26	76,5	499	76,5
Não . . . . .	10	18,9	8	18,6	8	23,5	153	23,5
Total . . . . .	53	8,1	43	6,6	34	5,2	552	100,0
<b>Idade média em que começaram a trabalhar</b>								
Chefes . . . . .		14,316		16,016		15,583		
Não chefes . . . . .		17,453		17,738		18,412		
<b>Horas médias que trabalha por dia</b>								
Chefes . . . . .		8,397		8,452		9,771		
Não chefes . . . . .		7,030		7,814		6,424		
<b>Recebem em dia</b>								
Chefes								
Sim . . . . .	71	93,4	58	90,6	37	100,0	576	97,3
Não . . . . .	1	1,3	2	3,1	0	0,0	16	2,7
Total . . . . .	76	12,8	64	10,8	37	6,3	592	100,0
Não chefes								
Sim . . . . .	49	92,5	40	93,0	31	91,2	599	96,1
Não . . . . .	2	3,8	0	0,0	1	2,9	24	3,9
Total . . . . .	53	8,5	43	6,9	34	5,5	623	100,0
<b>Sindicalizados</b>								
Chefes								
Sim . . . . .	24	31,6	31	48,4	16	43,2	181	29,1
Não . . . . .	52	68,4	33	51,6	21	56,8	442	70,9
Total . . . . .	76	12,2	64	10,3	37	5,9	623	100,0
Não chefes								
Sim . . . . .	7	13,2	10	23,3	6	17,6	77	11,8
Não . . . . .	46	86,8	33	76,7	28	82,4	575	88,2
Total . . . . .	53	8,1	43	6,6	34	5,2	652	100,0

FONTÊ: FINEP-FIPE.

(1) Em 1980, o salário mínimo era de Cr\$ 2.932,00.

## 2.3 – Evidências empíricas sobre distribuição de renda

### por segmentos sociais

A distribuição das famílias segundo os segmentos sociais considerados, sua participação relativa na renda total e respectivo coeficiente de Gini constam na Tabela 8.

Inicialmente, observa-se que cerca de um quarto dos chefes de família não participa da produção sob as formas consideradas: encontram-se aposentados ou desempregados; ou vivem de outras rendas (viúvas, rentistas, etc.); ou são anciãos que não percebem renda.

Dentre as famílias trabalhadoras, os grupos que percebem as menores rendas são: serviços domésticos, operários, trabalhadores por conta própria com ponto fixo e assalariados informais. Estes são os segmentos que apresentam níveis médios de renda familiar inferiores aos demais, menor grau de concentração ou desigualdade na distribuição de renda segundo o coeficiente de Gini e tamanho médio familiar maior que os demais (Tabela 8).

Nos segmentos citados anteriormente, dois destacam-se por conter proporcionalmente maior número de chefes do sexo feminino e elevado número de mulheres participando da produção: trabalhadores por conta própria com ponto fixo e serviços domésticos. Isso indica as dificuldades por que passam as famílias de baixa renda sem a predominância masculina para manter a reprodução familiar e obter melhor padrão de vida futura (Tabela 9).

Tabela 8

Número, tamanho e distribuição de renda dos segmentos familiares no Município de São Paulo – 1980

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	FAMÍLIAS		TAMANHO MÉDIO (C)	RENDA (em Cr\$) (D)	TOTAL % (E)	COEFICIENTE DE GINI (F)	RENDA MÉDIA (em Cr\$) (G)	E/B
	Número (A)	% (B)						
Operários	108	13,43	4,67	1 705 674	6,68	38,799	15 793,28	0,50
Assalariados fora da transformação direta	201	25,00	3,83	5 564 043	21,80	44,655	27 681,81	0,87
Controladores da transformação direta	16	1,99	4,06	616 558	2,42	32,624	38 534,88	1,22
Controladores fora da transformação direta	45	5,60	3,84	2 252 770	8,83	52,014	50 061,56	1,58
Conta própria com estabelecimento	48	5,97	4,02	1 542 918	6,05	38,127	32 144,13	1,01
Conta própria com ponto fixo	27	3,37	3,04	467 265	1,83	38,457	17 306,11	0,54
Conta própria sem ponto fixo	54	6,72	4,72	1 083 024	4,24	30,689	20 056,00	0,63
Assalariados informais	13	1,62	4,46	281 630	1,10	39,020	21 663,85	0,68
Serviços domésticos	6	0,75	4,83	72 100	0,28	36,454	12 016,67	0,37
Profissionais liberais	13	1,62	4,38	1 011 900	3,96	45,569	77 838,46	2,44
Proprietários e organizadores de produção	74	9,20	3,85	5 854 380	22,94	46,087	79 113,22	2,49
Outras famílias	199	24,80	3,66	5 070 939	19,90	(1)	25 482,11	0,80
Total	804	100,00	4,00	25 523 201	100,00	(1)	31 745,27	(1)

NOTA: A variável total está absorvendo todas as rendas da família, procedentes do trabalho e outras.

(1) Informações não computadas.

Tabela 9

Chefes e membros dos segmentos familiares que trabalham  
no Município de São Paulo - 1980

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	CHEFES				TOTAL		OUTROS MEMBROS	
	Homens		Mulheres		Número	%	Homens	
	Número	%	Número	%			Número	%
Operários	95	87,96	13	12,04	108	100,00	58	58,00
Assalariados fora da trans- formação direta	163	81,09	38	18,91	201	100,00	55	42,31
Controladores da trans- formação direta	16	100,00	0	0,00	16	100,00	9	64,29
Controladores fora da transformação direta	41	91,11	4	8,89	45	100,00	8	36,36
Conta própria com esta- belecimento	45	93,75	3	6,25	48	100,00	12	32,43
Conta própria com pon- to fixo	16	59,26	11	40,74	27	100,00	2	14,29
Conta própria sem pon- to fixo	54	100,00	0	0,00	54	100,00	17	44,74
Assalariados informais	10	76,92	3	23,08	13	100,00	5	35,71
Serviços domésticos	1	16,67	5	83,33	6	100,00	2	33,33
Profissionais liberais	13	100,00	0	0,00	13	100,00	5	50,00
Proprietários e organiza- dores de produção	72	97,30	2	2,70	74	100,00	13	29,55

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	OUTROS MEMBROS		TOTAL		TOTAL				TOTAL GERAL	
	Mulheres		Número	%	Homens		Mulheres		Número	%
	Número	%			Número	%	Número	%		
Operários	42	42,00	100	100,00	153	73,56	55	26,44	208	100,00
Assalariados fora da trans- formação direta	75	57,69	130	100,00	218	65,86	113	34,14	331	100,00
Controladores da trans- formação direta	5	35,71	14	100,00	25	83,33	5	16,67	30	100,00
Controladores fora da transformação direta	14	63,64	22	100,00	49	73,13	18	26,87	67	100,00
Conta própria com esta- belecimento	25	67,57	37	100,00	57	67,06	28	32,94	85	100,00
Conta própria com pon- to fixo	12	85,71	14	100,00	18	43,90	23	56,10	41	100,00
Conta própria sem pon- to fixo	21	55,26	38	100,00	71	17,17	21	22,83	92	100,00
Assalariados informais	9	64,29	14	100,00	15	55,56	12	44,44	27	100,00
Serviços domésticos	4	66,67	6	100,00	3	25,00	9	75,00	12	100,00
Profissionais liberais	5	50,00	10	100,00	18	78,26	5	21,74	23	100,00
Proprietários e organiza- dores de produção	31	70,45	44	100,00	85	72,03	33	27,97	118	100,00



As taxas de participação na produção segundo o sexo, isto é, a porcentagem de membros ativos, indicam que não há diferenças consideráveis entre segmentos sociais. Contudo, geralmente, essas taxas são maiores entre os segmentos que apresentam menores níveis de renda média familiar, destacando-se os assalariados informais, onde a participação para ambos os sexos é bastante elevada (Tabela 10).

Os membros das famílias trabalhadoras, em geral, não participam da produção no mesmo segmento em que o chefe da família atua. Destacam-se, todavia, três segmentos em que os demais membros apresentaram uma elevada participação no segmento original: operários (para homens), serviços domésticos (para mulheres) e assalariados fora da transformação direta (para ambos os sexos). O último segmento, porém, dado o elevado grau de agregação, não é tão significativo quanto os dois primeiros, pois é o principal segmento em termos de absorção de chefes e de membros que participam da produção (Tabela 11).

Em síntese, cinco segmentos revelam-se numa situação extremamente desfavorável quanto à percepção da renda: serviços domésticos; operários; trabalhadores por conta própria com ponto fixo; trabalhadores por conta própria sem ponto fixo; e assalariados informais. Estes representam cerca de 26% das famílias do Município e absorvem em torno de 14% da renda total. O segmento operários destaca-se dos demais por representar grande proporção dessas famílias (13%, o segundo maior segmento) e perceber pequena parcela relativa da renda (6,68%), inferior, apenas, àquela que é absorvida pelos serviços domésticos. Além disso, quer-se ressaltar que estes dois últimos segmentos apresentam maior parcela de membros ativos participando da produção no mesmo segmento do chefe do que os demais.

Esses fatos vêm ao encontro das evidências constatadas para o Brasil — e apresentadas em outros trabalhos — sobre a produção de estruturas de qualidades de força de trabalho pelas próprias famílias por segmentos sociais. Nesse caso em que segmentos que se apropriam de baixa parcela da renda se organizam para superar essa restrição, de tal forma a lançar no mercado de trabalho jovens de baixa qualificação, comprometem-se as possibilidades futuras de elevar o baixo padrão atual de reprodução das famílias e do próprio segmento. Em suma, a pequena percepção de renda é um elemento que simultaneamente induz à produção de baixa qualidade de força do trabalho e impõe bloqueios à sua recuperação.

Finalmente, observa-se que o quadro traçado acima é ratificado quando se analisam as informações sobre o acesso a bens de consumo duráveis, localização de moradia e ausência de infra-estrutura física urbana nesse local, conforme consta nas Tabelas 12 e 13.

Tabela 10

Taxas de participação dos segmentos familiares na produção  
no Município de São Paulo – 1980

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	FAMÍLIAS	MEMBROS QUE TRABALHAM		
		Homens	Mulheres	Total
Operários . . . . .	108	153	55	208
Assalariados fora da transformação direta . . . . .	201	218	113	331
Controladores da transformação direta . . . . .	16	25	5	30
Controladores fora da transformação direta . . . . .	45	49	18	67
Conta própria com estabelecimento . . . . .	48	57	28	85
Conta própria com ponto fixo . . . . .	27	18	23	41
Conta própria sem ponto fixo . . . . .	54	71	21	92
Assalariados informais . . . . .	13	15	12	27
Serviços domésticos . . . . .	6	3	9	12
Profissionais liberais . . . . .	13	18	5	23
Proprietários e organizadores de produção . . . . .	74	85	33	118

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	MEMBROS EM IDADE ATIVA			TAXAS DE PARTICIPAÇÃO		
	Homens	Mulheres	Total	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)
Operários . . . . .	193	177	370	79,30	31,07	56,22
Assalariados fora da transformação direta . . . . .	285	329	614	76,49	34,35	53,91
Controladores da transformação direta . . . . .	28	23	51	89,30	21,73	58,80
Controladores fora da transformação direta . . . . .	62	69	131	79,03	26,09	51,14
Conta própria com estabelecimento . . . . .	80	86	176	71,25	32,56	48,30
Conta própria com ponto fixo . . . . .	23	50	73	78,26	46,00	56,16
Conta própria sem ponto fixo . . . . .	97	90	187	73,20	23,33	49,20
Assalariados informais . . . . .	19	23	42	78,95	52,17	64,29
Serviços domésticos . . . . .	8	17	25	37,50	52,94	48,00
Profissionais liberais . . . . .	21	22	43	85,71	11,63	53,49
Proprietários e organizadores de produção . . . . .	112	123	235	75,89	26,83	50,21

Tabela 11

Formas de participação dos membros das famílias na produção  
no Município de São Paulo - 1980

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM NO MESMO SEGMENTO DO CHEFE					
	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Operários (1) . . . . .	26	44,8	15	31,3	41	38,7
Assalariados fora da trans- formação direta (2) . . . . .	29	52,7	38	48,1	67	51,5
Controladores da transfor- mação direta (3) . . . . .	-	-	-	-	-	-
Controladores fora da trans- formação direta (4) . . . . .	-	-	-	-	-	-
Conta própria com esta- belecimento (5) . . . . .	1	8,3	2	8,0	3	7,9
Conta própria com ponto fixo (6) . . . . .	-	-	1	7,7	1	5,6
Conta própria sem ponto fixo (7) . . . . .	2	11,8	1	4,0	3	7,1
Assalariados informais (8) . . . . .	-	-	1	7,7	1	5,6
Serviços domésticos (9) . . . . .	-	-	2	50,0	2	33,3
Profissionais liberais (10) . . . . .	-	-	-	-	-	-
Proprietários e organiza- dores de produção (11) . . . . .	1	7,7	4	10,3	5	10,2

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	SEGMENTO PRINCIPAL (EXCETO AQUELE DO CHEFE) EM QUE SE OCUPAM OUTROS MEMBROS						TOTAL		Segmento Principal
	Homens			Mulheres			Número	%	
	Número	%	Segmento principal	Número	%	Segmento principal			
Operários (1) . . . . .	19	32,8	(2)	21	43,8	(2)	40	38,7	(2)
Assalariados fora da trans- formação direta (2) . . . . .	8	14,5	(1)(8)	16	21,3	(1)	24	17,3	(1)
Controladores da transfor- mação direta (3) . . . . .	6	66,7	(2)	3	60,0	(2)	9	64,3	(2)
Controladores fora da trans- formação direta (4) . . . . .	4	50,0	(2)	9	52,9	(2)	13	52,2	(2)
Conta própria com esta- belecimento (5) . . . . .	8	66,7	(2)	12	46,2	(2)	20	52,6	(2)
Conta própria com ponto fixo (6) . . . . .	1	50,0	(2)	9	64,3	(2)	10	62,5	(2)
Conta própria sem ponto fixo (7) . . . . .	9	52,9	(2)	8	32,0	0	17	40,5	(2)
Assalariados informais (8) . . . . .	5	100,0	(2)	5	38,5	(2)	10	38,5	(2)
Serviços domésticos (9) . . . . .	2	100,0	(2)	1	25,0	(6)	2	33,3	(2)
Profissionais liberais (10) . . . . .	4	80,0	(2)	3	60,0	(2)	7	50,0	(2)
Proprietários e organiza- dores de produção (11) . . . . .	7	53,8	(2)	14	40,0	(2)	21	17,0	(2)

Obs.: O número entre parenteses após a denominação do segmento está associado a esse segmento.

Bens de consumo duráveis dos segmentos familiares no Município de São Paulo – 1980

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	FAMÍLIAS	AUTO-MÓVEL (%)	TELEFONE (%)	MÁQUINA DE TRICÓ (%)	ASPIRADOR DE PÓ (%)	MÁQUINA DE COSTURA (%)	BATE-DEIRA (%)
Operários . . . . .	108	18,5	7,4	—	8,3	50,0	23,1
Assalariados fora da transformação direta	201	45,8	29,4	6,5	32,8	59,2	44,3
Controladores da transformação direta . . .	16	68,8	62,5	—	56,3	93,8	62,5
Controladores fora da transformação direta	45	68,9	60,0	8,9	57,8	66,7	53,3
Conta própria com estabelecimentos . . . . .	48	60,4	58,3	8,3	54,2	83,3	66,7
Conta própria com ponto fixo . . . . .	27	37,0	33,3	7,4	25,9	81,5	40,7
Conta própria sem ponto fixo . . . . .	54	59,3	25,9	1,9	29,6	57,4	37,0
Assalariados informais . . . . .	13	15,4	30,8	—	7,7	61,5	38,5
Serviços domésticos . . . . .	06	16,7	16,7	—	16,7	66,7	33,3
Profissionais liberais . . . . .	13	84,6	76,9	23,1	76,9	76,9	69,2
Proprietários e organizadores de produção . . . . .	74	87,8	82,4	14,9	83,8	77,0	82,4

  

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	MÁQUINA DE LAVAR (%)	ENCERADEIRA (%)	LIQUIDIFICADOR (%)	GELADEIRA (%)	TELEVISÃO (%)	RÁDIO (%)	FERRO ELÉTRICO (%)
Operários . . . . .	13,9	50,0	68,5	76,9	84,3	82,4	86,1
Assalariados fora da transformação direta	39,8	67,2	88,6	89,6	94,5	93,5	95,0
Controladores da transformação direta . . .	50,0	87,5	93,8	100,0	100,0	87,5	100,0
Controladores fora da transformação direta	60,0	68,9	97,8	100,0	93,3	93,3	100,0
Conta própria com estabelecimentos . . . . .	58,3	83,3	93,8	95,8	97,9	95,8	97,9
Conta própria com ponto fixo . . . . .	37,0	81,5	96,3	96,3	92,6	88,9	96,3
Conta própria sem ponto fixo . . . . .	27,8	57,4	77,8	85,2	92,6	87,0	94,4
Assalariados informais . . . . .	15,4	46,2	84,6	76,9	92,3	92,3	100,0
Serviços domésticos . . . . .	16,7	33,3	66,7	50,0	83,3	66,7	83,3
Profissionais liberais . . . . .	92,3	84,6	100,0	100,0	92,3	100,0	100,0
Proprietários e organizadores de produção	77,0	79,7	100,0	100,0	100,0	97,3	100,0

Tabela 13

Ausência de infra-estrutura nas áreas periférica e envolvente, segundo os segmentos familiares selecionados, no Município de São Paulo – 1980

SEGMENTOS FAMILIARES SELECIONADOS	FAMÍLIAS	ENVOLVENTE X PERIFÉRICA (%)	SEM ASFALTO (%)	SEM ILUMINAÇÃO (%)	SEM TRANSPORTE PRÓXIMO (%)	SEM EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (%)
Operários . . . . .	108	47,1	43,5	38,9	14,8	27,8
Assalariados fora da transformação direta	201	15,4	17,9	13,4	9,5	13,9
Controladores da transformação direta . . .	16	6,3	18,8	12,5	12,5	25,0
Controladores fora da transformação direta	45	13,3	11,1	11,1	2,2	20,0
Conta própria com estabelecimento . . . . .	48	6,3	14,6	8,3	10,4	18,8
Conta própria com ponto fixo . . . . .	27	29,6	18,5	11,1	7,4	25,9
Conta própria sem ponto fixo . . . . .	54	31,5	29,6	24,1	13,0	22,2
Assalariados informais . . . . .	13	7,7	15,4	7,7	23,1	15,4
Serviços domésticos . . . . .	6	66,7	66,7	16,7	—	33,3
Profissionais liberais . . . . .	13	0,0	15,4	7,7	7,7	23,1
Proprietários e organizadores de produção	74	5,4	9,5	5,4	10,8	25,7

## Conclusões

O presente trabalho apresenta alguns resultados sobre a distribuição de renda das famílias residentes no Município de São Paulo em 1980, associada à construção de segmentos sociais, à forma de participação na produção de seus membros ativos, a algumas características da situação de trabalho desses e, finalmente, ao estrato de renda familiar “per capita” ao qual se integram.

Partiu-se do pressuposto de que a família trabalhadora urbana subsiste como grupo se o conjunto de salários e rendas percebidas individualmente pelos seus membros ativos e o acesso a bens reprodutivos coletivos forem suficiente para mantê-la. Por sua vez, a situação de trabalho e o acesso à renda por parte dos integrantes ativos da família decorrem de circunstâncias objetivas e condicionadas primordialmente pelo segmento social em que a família se insere.

Entende-se então que, em um dado momento, os responsáveis pela reprodução da unidade familiar participam da produção sob determinadas formas, o que integra essa unidade familiar a um segmento social específico.

Os segmentos sociais, por outro lado, foram construídos agregando-se as famílias de acordo com a forma de participação na produção do chefe da unidade familiar. Este é apontado pela família e, geralmente, é o principal provedor pela manutenção da mesma.

Construindo-se os segmentos sociais dessa maneira, impõe-se uma hipótese restritiva e simplificadora, ou seja, de que nem o cônjuge nem os filhos ativos exercam influência sobre a inserção da família em um segmento social.

Os segmentos sociais que aqui foram considerados são proprietários e organizadores de produção, assalariados (operários, controladores na produção, assalariados fora da transformação direta, controladores fora da transformação), trabalhadores por conta própria, (com estabelecimento, com ponto fixo e sem ponto), assalariados informais (ajudantes de trabalhadores por conta própria) e serviços domésticos.

O conjunto de informações que foi apresentado procede de um levantamento de campo no Município de São Paulo realizado em 1980 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Esse permitiu, a partir de informações sobre a forma de participação na produção (ocupação, ramo de atividade, posição na ocupação e local de trabalho) do chefe da unidade familiar, a construção dos segmentos sociais.

A pesquisa revelou que cinco segmentos sociais no Município de São Paulo se encontravam numa situação extremamente desfavorável quanto à apropriação da renda: serviços domésticos, operários, trabalhadores por conta própria com ponto fixo, trabalhador por conta própria sem ponto fixo e assalariados informais. Representavam 26% das famílias ali residentes e se apropriavam de 14% da renda total. Dois fatos merecem destaque. O primeiro refere-se ao segmento de operários que representava 13% das famílias e percebia 6,68% da renda, parcela esta inferior apenas àquela apropriada pelo segmento de serviços domésticos. O segundo é quanto aos segmentos serviços domésticos e trabalhadores por conta própria com ponto fixo que apresentavam elevado número de mulheres como chefe (no serviço doméstico isso é 100%) e elevada participação de membros ativos do sexo feminino na produção.

O estudo apresenta também evidências empíricas sobre a forma de participação na produção de outros membros que não o chefe dessa unidade. Em geral, observou-se que os demais integrantes da família não participam na produção no mesmo segmento social de origem. Contudo três segmentos destacaram-se por apresentar elevado número de membros incorporados no próprio segmento original: operários, serviços domésticos e assalariados fora da transformação direta. Isso indica e reforça evidências empíricas apontadas em outros estudos de que as famílias, e o próprio segmento social, se constituem num dos elementos de produção de estruturas de qualidades de força de trabalho.

Assim, nesses casos em que os segmentos que se apropriam de pequenas parcelas da renda total se organizam para superar tal restrição, lançando no mercado de trabalho a força de trabalho de seus integrantes jovens e de baixa qualificação, comprometem-se as possibilidades de obter um melhor padrão futuro de reprodução dessas famílias e do próprio segmento.

A análise das informações sobre a forma de participação na produção dos integrantes ativos da família e do estrato de renda familiar "per capita" também indicou resultados que mostram o quadro desigual de distribuição de renda no Município de São Paulo em 1980. Em primeiro lugar, 28,3% das famílias ali residentes possuíam uma renda "per capita" inferior a um salário mínimo, congregavam 35% do total de pessoas, um quarto do total de ocupados e 42% dos desempregados.

Os membros ativos que pertenciam às famílias de baixa renda ocupavam-se,

principalmente, como operários, serviços domésticos, trabalhadores por conta própria com ponto fixo e assalariados informais nos seguintes ramos de atividade: construção civil, serviços domésticos, transportes e serviços de consumo. A maioria é não qualificada e semiquificada; 37% não possuem vínculo jurídico institucional de trabalho. Compõem a maioria dos que não recebem em dia e dos que não têm nenhum laço com sindicatos ou associações de categorias profissionais.

Por último, esses resultados evidenciam e qualificam informações apresentadas em outros estudos sobre a desigualdade na distribuição de renda vigente no meio urbano-industrial do País. Mostram que em 1980, início do recrudescimento da fase recessiva por que passa hoje nossa economia, no Município de São Paulo, os baixos níveis de renda eram característicos entre diversos segmentos sociais de trabalhadores e para significativa parcela desses. Destacavam-se, contudo, segmentos específicos em que a apropriação da renda total era extremamente desfavorável. Entre esses, ressaltava-se o segmento de operários. Naquela ocasião, representava o segundo maior segmento social do Município; no entanto apropriava-se de pequena parcela de renda, parcela essa superior somente àquela que era percebida pelos serviços domésticos. Além disso, esse segmento continha um elevado número de membros ativos secundários que participavam no mesmo segmento de origem. Assim, é de se esperar que esse, sendo um dos segmentos que mais se ressentiu do impacto do ciclo recessivo e do desemprego, tenha piorado ainda mais suas condições de reprodução e de manutenção de sua qualidade de força de trabalho. Chama-se a atenção para esses fatos, pois podem vir comprometer, caso não sejam tomadas medidas políticas que protejam a queda da renda desse segmento, as possibilidades futuras de um melhor padrão de reprodução e de qualidade da força de trabalho obreira do País.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 — BILAC, E. D. (1978). **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência.** São Paulo, Símbolo.
- 2 — \_\_\_\_\_. (1981). Classes sociais e família: nota para pesquisa empírica. **Perspectivas** São Paulo, 4:37-42.
- 3 — BORSOTTI, C. A. (1978). **Notas sobre la familia como unidade socioeconômica.** Santiago, CEPAL/ILPES. (Cuadernos de la CEPAL).
- 4 — CACCIAMALI, M. C. (1983). Distribuição de renda, formas de participação na produção e informal. In: **SEMINÁRIO SOBRE CRIAÇÃO DE EMPREGO NA ECONOMIA INFORMAL DA AMÉRICA LATINA.** Recife.

- 5 — \_\_\_\_\_. (1982). **Políticas de emprego e renda para o setor informal**. São Paulo, FENEP/FIPE. (mimeo).
- 6 — \_\_\_\_\_. (1983). **Setor informal e formas de participação na produção**. São Paulo, IPE. (Série Ensaio Econômicos, 26).
- 7 — CAMARGO, C. P. F. et alii (1972). **São Paulo, 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo, Loyola.
- 8 — FARIA, V. (1974). **Pobreza urbana, sistemas urbano e marginalidade**. São Paulo, CEBRAP. (Estudos CEBRAP).
- 9 — FAVA, V. L. (1983). **Urbanização, custo de vida e estrutura de dispêndio das famílias, algumas evidências para o Brasil**. São Paulo, IPE. (Trabalho para discussão interna, 25/83).
- 10 — FOLBRE, N. (1982). Exploitation comes home: a critique of the marxian theory family labour. In: **Cambridge Journal of Economics**, London, 6:317-29.
- 11 — PREALC. (1978). **Setor informal: funcionamento y políticas**. Santiago.
- 12 — SINGER, P. I. (1981). **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 13 — VIEIRA, C. (1983). **Urbanização e custo de reprodução da força de trabalho**. São Paulo, USP. (Tese de doutoramento FEA/USP). (mimeo).